



Revista Historiar

ISSN: 2176-3267

Vol. 13 | Nº. 24 | Jan./Jun. de 2021

Wanessa Lott

Universidade Federal do Pará / UFPA

wanessalott@hotmail.com

Maíra Santana Airoza

Universidade Federal do Pará / UFPA

maiairoza@gmail.com

Carolina Barros de Paula

Universidade Federal do Pará / UFPA

carolinabpaula@gmail.com

Ruth Macedo Cardoso

Universidade Federal do Pará / UFPA

cardosoruth8@gmail.com

POLÍTICA CULTURAL E UNIVERSIDADE PÚBLICA: museus universitários na Amazônia brasileira.

RESUMO

O presente estudo volta-se para duas esferas das políticas culturais: museus e universidade, dando ênfase para a percepção dos museus universitários vinculados à Universidade Federal do Pará. Para a construção do raciocínio, opta-se por apresentar um breve relato sobre as políticas culturais brasileiras. Na sequência, os exemplos de ações e projetos culturais de instituições museológicas no âmbito das universidades públicas serão relatados e por fim, os museus universitários da UFPA será o foco do artigo.

Palavras-chave: Políticas culturais. Museus universitários. Amazônia Brasileira. Universidade Federal do Pará.

CULTURAL POLICY AND PUBLIC UNIVERSITY: university museums in the Brazilian Amazon.

ABSTRACT

This study focuses on two spheres of cultural policies: museums and university, emphasizing the perception of university museums linked to the Federal University of Pará. Brazilian companies. Next, examples of cultural actions and projects of museological institutions within the scope of public universities will be reported and, finally, the university museums of UFPA will be the focus of the article.

Keywords: Cultural policies. University museums. Brazilian Amazon. Federal University of Pará.

Introdução¹

Políticas culturais podem ser definidas como proposições construídas em prol da valorização e promoção da cultura na sociedade, bem como para propiciar intervenções sociais por meio da cultura. Esta última possibilidade trata-se do caminho traçado por Nestor Canclini, pesquisador argentino que analisa as políticas culturais na América Latina, no contexto pós revolução cubana e pós os autoritários regimes civis-militares no Brasil, na Bolívia, no Chile, na Argentina e no Uruguai. Diante de uma abertura política, principalmente ao final da década de 1970, as políticas culturais ganharam proeminência como um “conjunto de intervenções realizadas pelo Estado, instituições civis e grupos comunitários” como o objetivo de “orientar o desenvolvimento simbólico, satisfazer as necessidades culturais da população e obter consenso para um tipo de ordem ou de transformação social” (CANCLINI, 2001, p. 65).

Assim sendo, o entendimento de tais políticas deixa de se restringir apenas aos produtos – como livros, telas, peças de teatro, etc. – e se amplia para o entendimento da cultura como o cotidiano de uma dada sociedade, suas práticas que fundamentam a noção de pertencimento do grupo e a construção de suas identidades. Como a cultura perpassa por vários campos, esta transversalidade faz com que múltiplas particularidades da vida social sejam contempladas e no caso do Brasil, a imensa diversidade sociocultural é um desafio para a construção de uma política cultural nacional. Ademais, o país passou por séculos de colonialismo que, apesar de promoções culturais principalmente sob a regência de D. Pedro II, não houve a contemplação dos indígenas e dos negros. Mesmo com o golpe da República e a instauração da Primeira República (1889-1930), as ações – e não políticas – voltadas para a cultura privilegiavam as elites que regiam o poder (COUTINHO, 2000).

Desta maneira, a tardia construção de uma política cultural no Brasil provocou a construção identitária de cima para baixo, e instituições relevantes para a valorização e salvaguarda da cultura nacional seguiram as tradições das elites brancas e cristãs que mantiveram as esferas do poder. Como exemplo, podemos citar a constituição do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) na década de 1930. Ao tomarmos os Livros do Tombo temos majoritariamente o tombamento de elementos culturais pertencentes ao catolicismo luso brasileiro e às histórias de imperadores e

¹ O texto é um desdobramento do projeto de pesquisa “Museus Universitários: uma percepção dos museus do campus Belém da UFPA” e do projeto de extensão “Museus e Acervos na Universidade Federal do Pará - construindo uma musealização em rede” ambos desenvolvidos pelas autoras na Universidade Federal do Pará.

presidentes que regeram o país. O debate para a inserção de fatores constitutivos da população negra e indígena iniciou apenas ao fim do regime civil militar ao final da década de 1970 (LOTT, 2017). No âmbito dos museus o panorama também não é distinto. Ao verificarmos as instituições museológicas brasileiras, há um privilégio para os museus ditos tradicionais tendo a ampliação do conceito destes apenas na década de 1990, fruto dos estudos subalternos e dos estudos pós-coloniais, que fundamentaram a questão do decolonialismo em âmbito mundial (QUINTERO, 2019).

Dentre os muitos espaços de debate e ação para a construção de uma política cultural brasileira, destacamos neste trabalho as ações das universidades públicas federais. A Universidade do Brasil, em 1920, foi a primeira universidade do país e regimento para estas instituições de ensino. O Estatuto das Universidades Brasileiras, foi consolidado 1931, promovendo a integração das faculdades e escolas públicas que funcionavam de maneira isolada. Apesar da ascensão das universidades brasileiras terem sofrido um duro golpe devido a instauração do regime autoritário civil-militar em 1964, com a abertura política as universidades voltaram a ser palco das discussões em prol das constituições de políticas e debates de valorização da diversidade cultural no país (OLIVEN, 2002). Como sabido, as universidades, principalmente, as federais públicas, apoiam-se no tripé ensino, pesquisa e extensão, possibilitando que os debates internos extrapolem os muros e cheguem na sociedade por meio de projetos, ações e políticas.

Diante deste exposto introdutório, acreditamos que os estudos das políticas culturais nas universidades públicas se mostram como fundamentos relevantes para a construção de debates e ações em prol da cultura nacional. Assim, iremos focar na tímida iniciativa de construção de uma política voltada para os museus universitários da Universidade Federal do Pará (UFPA), localizada na Amazônia brasileira. Para tal, vamos apresentar um breve debate sobre as políticas culturais brasileiras, com intuito de demonstrar o cenário da constituição desta após o golpe da República. Não obstante a relevância da questão das universidades federais, o foco principal neste item será as políticas culturais e tangenciaremos pontos sobre as universidades. Posteriormente, exemplos de ações e projetos culturais voltados para as instituições museológicas no âmbito das universidades públicas serão apresentados e por fim, a apresentação dos museus UFPA ganhará proeminência no estudo.

Um cenário das políticas culturais no Brasil

O golpe da República datado de 15 de novembro de 1889 levou a constituição da Primeira República no Brasil, marcada pelo poder das oligarquias dos estados de Minas Gerais e de São Paulo em uma aliança conhecida por “Política do Café com Leite”. O fim desta etapa no país se fez por mais um golpe de Estado, a Revolução de 1930, que levou a instituição da Era Vargas (1930-1945) (FAUSTO, 2013). No período varguista, não obstante a expansão do rádio como veículo relevante de comunicação e propagação cultural, a rígida censura impediu o desenvolvimento de programas e políticas culturais que possibilitaria a participação das diversas camadas sociais brasileiras.

Com o auxílio do Ministério da Educação e do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), o regime autoritário do Estado Novo articulou uma dupla estratégia de atuação na área cultural, voltada tanto para as elites intelectuais como para as camadas populares. Ao mesmo tempo em que incentivava a pesquisa e a reflexão conduzidas pelos intelectuais reunidos no ministério chefiado por Gustavo Capanema, o governo estabelecia, via DIP, uma rígida política de vigilância em relação às manifestações da cultura popular. A propaganda do regime foi facilitada pelo controle dos mais variados meios de comunicação, e seus instrumentos principais foram o rádio e a imprensa (CPDOC, 2021, s/p).

Um dos pontos de destaque no âmbito cultural foi a constituição do IPHAN. Como o fim da Inspeção dos Monumentos Nacionais o referido instituto passou a compor o Ministério da Educação e Saúde em 1937 e juntamente com o seu Conselho Consultivo, que foi constituído pelos “diretores dos museus nacionais de coisas históricas ou artísticas, e de mais dez membros, nomeados pelo Presidente da República” (BRASIL, 1937, art. 46, §2º). Destacou-se na formação do IPHAN a necessidade de cooperação das atividades do “Museu Histórico Nacional, o Museu Nacional de Belas Artes e outros museus nacionais de coisas históricas ou artísticas, que forem criados” (BRASIL, 1937, art. 46, § 3º). Ademais, o órgão teve a “finalidade de promover, em todo o País e de modo permanente, o tombamento, a conservação, o enriquecimento e o conhecimento do patrimônio histórico e artístico nacional” (BRASIL, 1937, art. 46).

Não obstante um certo avanço nas ações em prol da cultura no país, o contraponto repressivo do DIP construiu um cenário voltado muito mais para a cooptação do meio cultural e uma valorização contínua de um passado branco-luso-católico, que levou ao forjamento de uma democracia racial no país. No interregno democrático brasileiro, entre 1945 e 1964, pouco se avançou nas políticas culturais para além das ações do IPHAN, com destaque para a atuação do educador e filósofo Paulo Freire – com a metodologia de unir a educação e cultura –, para a criação do Ministério da

Educação e Cultura (1953), para o programa de expansão das universidades públicas federais, para a formação do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), para o Movimento de Cultura Popular – iniciado na cidade de Recife (1960) – e para instalação dos Centros Populares de Cultura da União Nacional dos Estudantes (1961). Em contraponto, no âmbito conservador, tem-se a atuação da Escola Superior de Guerra, que promoveu a construção das bases ideológicas para a estruturação do golpe civil-militar de 1964 (RUBIM, 2007).

Nos primeiros dois anos pós golpe, a repressão ao setor foi mais leve, ao se comparar com os anos seguintes e, ainda, foi possível o afloramento de movimentos culturais mais diversos, principalmente, no âmbito universitário. No período mais brutal da ditadura, de 1968 a 1974, a repressão golpista dificultou significativamente as manifestações culturais populares bem como restringiu, por meio de um repressivo aparato governamental, as políticas e ações culturais. Com o caminhar para a abertura política, tem-se pela primeira vez no país a constituição de um Plano Nacional de Cultura (1975) e na esteira deste, a formação de várias instituições culturais: a Fundação Nacional das Artes (1975), o Centro Nacional de Referência Cultural (1975), o Conselho Nacional de Cinema (1976), a Radiobrás (1976) e a Fundação Pró-Memória (1979). Na década de 1980, a esperança de um novo tempo para as políticas culturais no país é identificada, no entanto, a difícil consolidação da democracia no país levou às oscilações da presença do Ministério da Cultura, juntamente com a troca constante de ministros entre 1985 e 1994. Desta maneira, as políticas culturais voltaram-se eminentemente para incentivos fiscais, que deveriam ser tomados na iniciativa privada em troca de renúncias fiscais, como o caso da Lei Sarney (1986) e da Lei Rouanet (1991). “A predominância desta lógica de financiamento corrói o poder de intervenção do Estado nas políticas culturais e potencializa a intervenção do mercado” (RUBIM, 2007, p. 25). No âmbito governamental, as críticas às políticas culturais ganham força com a Era Lula (2003-2011), claramente percebida no discurso de posse do Ministro da Cultura (MinC), Gilberto Gil (2003–2008).

o Estado não deve deixar de agir. Não deve optar pela omissão. Não deve atirar fora de seus ombros a responsabilidade pela formulação e execução de políticas apostando todas as suas fichas em mecanismos fiscais e assim entregando a política cultural aos ventos, aos sabores e aos caprichos do deus-mercado. É claro que as leis e os mecanismos de incentivos fiscais são da maior importância. Mas o mercado não é tudo. Não será nunca (GIL, 2003, s/p).

Neste viés, o novo MinC opta por enfrentar as desigualdades sociais brasileiras entendendo a cultura não só como um direito constitucional, mas pensando na tridimensionalidade da cultura: a dimensão simbólica – diversidade cultural do fazer artístico –, a dimensão cidadã – o direito ao acesso à cultura e à participação política por meio desta – e a dimensão econômica – a potencialidade da cultura como desenvolvimento econômico. Tal fundamentação teórica subsidiou a elaboração do Sistema Nacional de Cultura (SNC) e o Plano Nacional de Cultura (PNC) de 2010-2020.

Paralelamente ao avanço das políticas culturais a partir do século XXI, tem-se a formulação do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI) que objetivou a ampliação do acesso e a permanência do ensino superior gratuito no país, com a criação de inúmeros cursos de graduação. Destacamos os quatorze cursos de Graduação em Museologia, dentre os quais está o da UFPA, criado em 2009. Além disso, a implantação do REUNI possibilitou o desenvolvimento da “cultura das universidades, seja na gestão da política cultural das instituições, seja nos investimentos diretos no tripé básico, ensino-pesquisa-extensão, ligados ao campo cultural” (ACCO; SOUZA, 2018, p. 5). Em 2010, a aliança entre universidades públicas e desenvolvimento da cultura nacional ganhou mais um reforço com a criação do “Programa Cultura e Universidade”, com o “objetivo de fomentar as ações e consolidar as políticas culturais no âmbito das instituições de ensino superior brasileiras” (MinC, 2010, sem página), posteriormente, em 2015, um novo acordo é firmado entre o Ministério da Educação (MEC) e o MinC dando continuidade e aprofundamento das ações intersetoriais (MEC, 2015). No entanto, a ambição do programa apresentou pouca efetividade na prática, levando muito mais às contribuições teóricas com o intuito de contribuir para formulações mais palpáveis em um futuro (BOTELHO, 2011).

Finalizamos neste estudo a trajetória das políticas culturais no Brasil, pontuamos o desfecho, até então, trágico. Em 2016 o país passou por mais um golpe de Estado. Com o controverso impeachment da primeira presidente mulher, Dilma Rousseff (2011-2016), um dos primeiros atos do presidente Michel Temer (2016-2018) foi a tentativa de extinção do MinC, reduzindo-o à uma mera secretaria vinculada ao MEC, assim como ocorrido anteriormente no governo Collor de Mello (1990-1992). Apesar da manutenção do MinC, diversos programas de governo foram instintos e sua extinção efetiva se fez em 2019 no governo de Jair Bolsonaro (2019 – atual).

Experiências profícuas em prol dos museus universitários: redes de museus

No bojo das políticas culturais e educacionais e/ou das ações em prol da educação e cultura, percebe-se um movimento de maior visibilidade dos museus universitários brasileiros, em decorrência das eminentes dificuldades pelas quais as universidades públicas estão passando, e, principalmente, após o trágico incêndio ocorrido no Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), um dos mais importantes museus universitários do país. Os museus universitários são unidades vinculadas às Instituições Federais de Ensino superior (IFES) que compreende todas as características definidas pelo International Council of Museums (ICOM) e realizam, dentre outros papéis, o de abrigar/formar coleções e/ou acervos significativos para as atividades de pesquisa, ensino e extensão; o de ressaltar o desenvolvimento de pesquisas a partir do acervo; o de realizar disciplinas que reflitam sobre os acervos; o de propor programas de extensão como cursos, exposições, atividades culturais e atividades educativas baseados nos museus e acervos e o de realizar programas voltados para diferentes públicos, como os ditos especializados, os escolares, os espontâneos, etc. (ALMEIDA, 2001).

Cada IFES, no exercício pleno de sua autonomia, deve preservar seu patrimônio científico-cultural e é de responsabilidade da universidade assegurar a proteção dos acervos sob sua guarda. Deste modo, além de exercer suas funções habituais, é imprescindível que um museu universitário inove, principalmente, na extroversão de toda produção do conhecimento acadêmico para sociedade (MICHELON, 2014). Assim, pensar a preservação de museus universitários exige a reflexão sobre a história das instituições científicas e o percurso de formação desse patrimônio científico, já que os acervos das universidades são constituídos majoritariamente a partir dos processos de ensino, pesquisa e extensão. É importante destacar que a preservação da memória institucional perpassa pela necessidade da institucionalização de políticas de gestão de acervos e esta não deve ser concebida sem o princípio da indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e a extensão. Um caminho para pensar a interlocução entre as atividades dos museus de uma dada universidade é por meio da organização em 'rede'.

Dentre os vários conceitos de 'rede', um de maior proeminência – e que serviu como base para muitos estudos sobre o tema aqui também utilizado – é o de Castells (2000). O autor pontua a 'rede' por ser uma dimensão coletiva constituída por nodos dinamicamente interligados, “uma estrutura sem fronteiras; uma comunidade não geográfica; um sistema de apoio ou um sistema físico que se pareça com uma árvore ou

uma rede” (MARTELETO, 2001, p. 72). As redes são permeadas por uma horizontalidade que se contrapõem às estruturas hierarquizadas, “desburocratizando as relações, propiciando a troca direta de ideias entre os membros e, conseqüentemente, estimulando a criatividade de ações e de respostas mais efetivas à resolução de problemas”. A dinamicidade das ações propiciada pela horizontalidade destaca a importância da participação dos diversos atores no processo de criação de uma rede (TOLENTINO, 2013, p. 102). Deste modo, as redes de museus universitários configuram-se como um instrumento de promoção da afirmação dos atores sociais envolvidos, tais como docentes, técnicos, pesquisadores externos e discentes, e como uma inovação no modelo de gestão de museus e coleções universitárias (TOLENTINO, 2013).

Tal perspectiva de articulação em redes, ou sistemas de museus já se mostrou como uma experiência vantajosa, desde a pioneira norte americana Association of Museums Accreditation Program, datada de 1971. Posteriormente, a Europa seguiu os passos desta, principalmente, a partir da década de 1980 (CAMACHO, 2014). Na esteira desse pensamento, destacamos no Brasil a criação de redes de museus universitários e sua importante articulação com a Rede Brasileira de Coleções e Museus Universitários. Constituída em 2017, esta rede teve com intuito primeiro destacar os benefícios e as particularidades que constituem a implementação de uma política de gestão de acervos unificada (SILVA, 2019). A primeira rede de museus universitários foi criada na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), em 1999, por iniciativa da Pró Reitoria de Extensão e de representantes dos Museus de Ciências Morfológicas, do Museu de História Natural e Jardim Botânico (MHNJB), do Centro de Referência em Cartografia Histórica – o Instituto Casa da Glória – e do Centro de Memória da Medicina.

Pensava-se que a convergência de esforços, a soma das experiências, o trabalho conjunto das equipes e a união das propostas dos diferentes espaços potencializariam as possibilidades de aprovação de projetos, financiamento e visibilidade das ações dos museus e centros de memória da UFMG (MARQUES; SEGANTINI, 2015, p. 31).

Esta iniciativa suscitou na criação de um programa de extensão intitulado “Museus da UFMG: Centros de Memória, cultura e conhecimento”, e, em 2000 a Rede de Museus foi aprovada pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPE), com o intuito de concentrar ações dos museus e espaços expositivos da UFMG. A partir desta política, ações de integração dos espaços foram constituídas, como a criação da Rede Virtual de Museus, fomentando o objetivo da “conjugação de forças, do compartilhamento e da promoção de boas práticas em seus espaços integrantes” (Rede de Museus UFMG,

2020, sem página). Em 2006, após a incorporação de novos membros e com a maior consolidação, a rede criou o seu regimento interno, dando início a sua institucionalização (MARQUES; SEGANTINI, 2015).

Além de constituir um programa de extensão composto por diferentes projetos (ações arquivísticas, restaurações, pesquisas, exposições, seminários, cursos, oficinas, etc.), a Rede de Museus possui em sua estrutura um núcleo integrador, composto por corpo técnico-científico especializado que promove pesquisas e boas práticas nas áreas de: a) ação educativa; b) comunicação e público; c) extroversão de acervos; d) gestão da informação e; e) tratamento de acervos (arquivísticos, museológicos e bibliográficos) (Rede de Museus UFMG, 2020, s/p).

Na esteira da profícua experiência de Minas Gerais, a Rede de Museus e Acervos Museológicos (REMAM) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) foi criada em 2011, com o objetivo de consolidar uma política de acervos museológicos na universidade (SOUZA, 2017). A iniciativa de articulação de uma rede partiu do Museu da UFRGS, e, posteriormente, contou com o apoio do Curso de Museologia.

Conforme a Portaria de sua criação, a REMAM é coordenada pelo Museu da UFRGS, chamado anteriormente de “Museu Universitário”. Entretanto, de acordo com as características de uma rede, o que se tem almejado é a atuação integrada dos membros, sem hierarquização. Dessa forma, as decisões da REMAM são tomadas de forma democrática em encontros periódicos, a que todos os membros são convidados a participar. A metodologia de atuação por meio de grupos de trabalho busca potencializar a agilidade das ações e favorecer o caráter cooperativo, próprio do sistema de organização em rede. Dessa forma, todo o processo de elaboração, criação e efetivação da Rede de Museus e Acervos Museológicos da UFRGS tem propiciado ricas experiências a todos os envolvidos. (SOUZA, 2017, p. 1156).

É importante destacar que a REMAN inclui outros espaços de memória, tais como herbários, observatórios, jardins botânicos, zoológicos, planetários e coleções. Nesta rede há museus físicos, museu virtual, coleção, arquivo, núcleo de pesquisa, centro de memória, herbário e observatório astronômico. Muitos destes espaços tornaram-se museus a partir do apoio técnico da REMAN. Outras experiências de articulação em rede, estão sendo implementadas por universidades, inspirada em iniciativas anteriores. Em 2017, a Pró Reitoria de Extensão e Cultura da Universidade Federal de Pelotas (UFPEL), o Conselho Universitário, os representantes de museus e de projetos relacionados às questões museológicas elaboraram uma proposta de uma rede de museus. O mesmo ocorreu na Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) em 2018, onde foi criada a Rede de Museus, Coleções Científicas Visitáveis e Galerias de Arte (MCVGA), que tem por objetivo contribuir para proteção, manutenção, fornecimento de condições adequadas para o funcionamento e preservação dos museus, coleções e

galerias da universidade. Por fim, a Rede de Museus e Acervos da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP) foi aprovada pelo Conselho Consultivo em setembro de 2020, está vinculada à Coordenadoria de cultura da Pro Reitoria de Extensão (PROEX) e compreende os museus, unidades e os setores da universidade responsáveis pela gestão de acervos.

O objetivo da rede é fomentar e desenvolver ações integradas relacionadas à preservação e divulgação do patrimônio cultural e científico da UFOP, contribuindo para sua visibilidade e valorização entre as comunidades acadêmicas e outros segmentos da sociedade. A rede, portanto, não será responsável pela gestão dos acervos, mas por articular os setores responsáveis por essa gestão para realização de ações em conjunto, visando a organização, preservação e comunicação desses acervos (UFOP, 2020, s/p).

Aos moldes das universidades federais supracitadas, a UFPA iniciou um processo de construção de uma rede de museus, em 2019, visando a constituição de diretrizes que abarcam a diversidade, sem se opor a especificidade de cada um dos cinco museus e de um centro de memória. A apresentação destes locais na sequência possibilita ao leitor uma percepção do cenário museológico universitário na Amazônia Brasileira. Apesar do projeto de criação da rede não ter tido folego suficiente para a sua constituição, o primeiro passo para tal foi dado.

Os museus da Universidade Federal do Pará: uma possibilidade de rede.

Museu da Universidade Federal do Pará (MUFPA)

A UFPA é a maior universidade federal da Amazônia e conta com alguns museus universitários, sendo mais conhecido MUFPA, que se constituiu na década de 1980 com o objetivo de preservação e valorização da produção artística regional e nacional. O edifício do museu é chamado de Palacete Montenegro e foi projetado no início do século XX pelo engenheiro italiano Filinto Santoro por encomenda do então governador, Augusto Montenegro, o qual foi o seu primeiro proprietário. Em 2003 o Governo do Estado do Pará tombou o Palacete, que por sua vez é considerado parte do acervo, devido sua historicidade e beleza. Assim sendo, a ideia do MUFPA não é apenas atrair o público para as exposições internas, mas também interagir com as pessoas, realizando as atividades educacionais no jardim da instituição, fazendo do museu um espaço de encontro. O museu constantemente oferece atividades culturais gratuitas, como oficinas de artes e atividades de capoeira, além de organizar feirinhas de artesanato por meio da

associação de Amigos do Museu (MUFPA, 2021). Desta maneira, o MUFFPA vincula a produção do conhecimento acadêmico com um aproveitamento direto deste pela sociedade (MiCHELON, 2014). Para além do edifício, o acervo do museu é majoritariamente composto por objetos e documentos de artes visuais, na qual se incluem artes plásticas, pintura, instalações, fotografia, entre outros.

Museu de Geociências (MUGEO)

O MUGEO foi também inaugurado na década de 1980, como parte das comemorações dos 20 anos do curso de Geologia da UFPA. Seu acervo iniciou a partir da coleta em trabalhos de campo realizadas em disciplinas e/ou pesquisas vinculadas ao referido curso, por esse motivo, a dinamicidade das coleções é significativa. Em um ano são recebidas cerca de dez amostras, advindas de doações de professores, de estudantes e de visitantes. Atualmente, o museu conta com mais de duas mil amostras de minerais, de rochas, de gemas e de fósseis, de diversas partes do mundo (COSTA; SANTOS, 2016). O acervo é dividido entre objetos para a exposição e objetos para uso didático, que além de estarem fisicamente armazenadas, estão em processo de digitalização para possibilitar uma maior divulgação e comunicação das coleções. Desta maneira, o MUGEO está presente também no ambiente virtual indo ao encontro do movimento do fim do século passado, no qual foram criados vários sites de museus, sendo um novo formato para o campo museológico (LIMA, 2009). Essa nova proposta de museu através da web rompe com o espaço físico limitado tradicional de museu. O site na qual está inserido o museu pertence ao Grupo de Pesquisa Geologia e Geoquímica Aplicada (GMGA), pode-se encontrar o registro fotográfico e a procedência do acervo, bem como um breve histórico do Museu. Desta maneira, é assertivo afirmar que, por investir grandemente na esfera educacional por meio do site, das visitas presenciais e da participação nas feiras de ciência e tecnologia, o MUGEO é considerado um meio de divulgação científica capaz de educar, promover e comunicar a produção do conhecimento construído na UFPA (MiCHELON, 2014).

Museu de Zoologia (MUZUFPA)

O MUZUFPA iniciou como um projeto de extensão em 1992 e a partir de então, docentes e estudantes vêm coletando espécimes para formação de uma coleção didático-científica com objetivo de oferecer peças a serem utilizadas nas aulas práticas das disciplinas de zoologia (ALENCAR, 2010). A localização no interior do Instituto de

Ciências Biológicas (ICB) facilita a construção das coleções, que são de responsabilidade de cada grupo de pesquisadores (MENDES, 2019). No artigo 36 do regimento do ICB destaca-se que “as Coleções Biológicas (Museu de Zoologia, Museu de Anatomia Humana, Herbário e Orquidário)”, assim como as coleções dos “Laboratórios Multiuso (Laboratório de Biologia Estrutural, Laboratório de Informática e Sala de Esterilização) e o Biotério” fazem parte das “unidades complementares do ICB, de formação profissional e de apoio ao ensino, à pesquisa e a extensão” (UFPA, 2007, 18). No que tange de tais coleções, o museu possui um livro de tombo digital para o registro dos objetos. Atualmente, os museus se encontram fechados para a visitação, pois não há pessoal disponível para tal, fato esse recorrente nos museus universitários. Em uma das redes mais antigas do Brasil, a da UFMG, registra-se apenas vinte e dois funcionários para os vinte e cinco museus (FONTES, 2020). No entanto, é possível a solicitação de empréstimos de peças para uso em escolas e outras instituições.

Museu de Anatomia Humana

Como dito, outro museu ligado ao ICB é o Museu de Anatomia Humana Prof. Dr. Manuel da Silva Braga, vinculado diretamente ao Curso de Medicina e ao Laboratório de Anatomia Humana da Universidade. A criação desse espaço se deu quando a Dra. Roseane Borner de Oliveira assumiu a coordenação do Laboratório de Anatomia e teve conhecimento de um antigo acervo presente no ICB que necessitava de uma recuperação para o uso didático. Desta maneira, além do resgate da antiga coleção, houve a aquisição de novas peças que compõem não só o acervo físico como também o acervo digital aos moldes do ocorrido no MUGEO (BORNER, 2019). O museu tem por objetivo qualificar os estudantes de medicina além de difundir o conhecimento da área de anatomia para a comunidade acadêmica da UFPA e para a comunidade externa, além de atender alunos de ensino fundamental e médio a partir de visitas guiadas (LOTT, 2020).

Museu Interativo de Física (MINF)

Criado em março de 2008, a partir de um projeto de extensão desenvolvido por professores e alunos, o MINF tem por finalidade a divulgação da história da física e da ciência na Amazônia a partir de réplicas de experimentos históricos interativos (CALDAS; LIMA; CRISPINO, 2016). Com tal objetivo, as atividades “começaram a ser realizadas como um suporte para educação básica, técnica e superior no Estado do Pará”, desta

maneira, é possível “despertar a curiosidade científica por meio da demonstração monitorada e interativa com os experimentos históricos, do desenvolvimento de materiais de divulgação científica e de apresentações de seminários, de oficinas e de minicursos” (CALDAS; LIMA; CRISPINO, 2016). Além das atividades desenvolvidas no espaço físico do museu há também a recorrente presença da exposição de seu acervo em feiras e congressos e a produção de pesquisas com base no acervo do MINF contribui significativamente divulgação da ciência extra muro da UFPA. Apesar da importância para a divulgação da ciência e do papel social e educacional, o museu enfrenta constantes dificuldades financeiras para a manutenção e conservação, visto que os recursos financeiros do museu são advindos de fontes externas a UFPA (CRISPINO, 2019). Assim como a já relatada dificuldade com funcionários, a questão de verbas destinadas aos museus universitários é também uma realidade recorrente nas mais diversas universidades brasileiras.

Centro de Memória da Amazônia (CMA)

O CMA foi criado em 2007, a partir de um convênio entre a UFPA e o Tribunal de Justiça do Estado do Pará, a fim de conservar cerca de 35 toneladas de documentos de natureza cível e criminal que datam do século XVIII até a década de 1970. Além da preservação e digitalização do acervo, o CMA é responsável pela divulgação por meio de um espaço de consulta e pelo site institucional que conta com alguns documentos digitalizados. Dentre os projetos significativos para a divulgação do acervo, destacam-se o Projeto Imigração, que reúne os registros de imigrantes que vieram para a cidade de Belém, o Projeto Inquisição, que reúne a documentação sobre o Tribunal do Santo Ofício e os julgamentos realizados no antigo estado do Grão-Pará e Maranhão (1621-1772) e o Projeto Inventário, que disponibiliza os documentos cartoriais (MARTINS, 2012).

Considerações finais

O conceito de política cultural utilizado neste estudo permeou as intervenções sociais por meio dos museus. Em uma correlação pertinente, entre as universidades e os museus, entendemos que os museus universitários congregam de forma inequívoca a construção de ações relevantes em prol da cultura do país. Entendendo a universidade como produtora e construtora de conhecimento, assim como os museus, a lógica de fomentar o crescimento de redes de museus universitários no Brasil se mostra como um caminho viável para o desenvolvimento e fortalecimento das identidades. Como dito,

uma rede de museus universitários é constituída de espaços autônomos, regidos por regimentos próprios, mas que possuem uma diretriz única capaz de organizar, quantificar e qualificar os inúmeros objetos pertencentes aos museus e acervos.

Ao reconhecer redes de museus universitários como uma estratégia eficaz de gestão para os museus universitários, especialmente, no que tange a organização da informação existente em contextos burocráticos como o das universidades, é possível considerar as redes como uma grande oportunidade de estreitamento conceitual entre temas que dizem respeito à ciência da informação e à organicidade de informação em museus, tornando esta primeira um arcabouço teórico sólido ao problematizar temas que dizem respeito à gestão de museus em sentido mais prático (SOARES, 2020, p. 102).

Através da criação de redes de museus universitários é possível desenvolver as ações dos processos de musealização, como, por exemplo: a seleção, a aquisição, a pesquisa, a documentação, a conservação e a divulgação/socialização do patrimônio científico-cultural. A musealização é um “processo que se distingue do colecionamento, embora o pressuponha, é uma das alternativas de preservação do patrimônio científico e cultural universitário” (JULIÃO, 2015, p. 17). E os processos de musealização devem ser administrados em diálogo com a comunidade acadêmica, pois não significa necessariamente transferir esses acervos para unidades museológicas, muitos precisarão manter a relação direta com os pesquisadores. Desta maneira, a criação e implementação de uma rede tem por principal objetivo conceber o processo de musealização como uma ação descentralizada e coordenada em rede.

A musealização em rede, articulada por unidades museológicas centrais, pode promover justamente esse equilíbrio entre a centralização e a descentralização. Entre demandas específicas de pesquisa e ensino geradoras de coleção e sua integração ao universo do patrimônio científico e cultural da universidade (JULIÃO, 2015, p. 19).

Deste modo, a musealização em rede, possibilitará o suporte institucional adequado ao exercício da produção de sentido e de conhecimento desses acervos. Implicando na compatibilização entre a preservação e o uso acadêmico dos museus e acervos museológicos. Por meio de uma gestão eficaz, a externalização do conhecimento produzido pela Academia se faz de maneira mais ágil e contundente, promovendo os museus como uma das esferas culturais mais interessantes na sociedade.

Não obstante as dificuldades na construção de redes de museus universitários no Brasil, acreditamos que este é um caminho que merece ser percorrido. No caso da UFPA, o percurso foi apenas iniciado, mas há o aporte teórico das experiências bem-sucedidas de outras universidades federais. Assim como nestas, o número reduzido de

peçoal, bem como as verbas quase inexistentes, dificulta a execução de projetos mais longos e/ou contínuos. No entanto, é assertivo afirmara que, os museus vinculados às instituições de ensino superior público tem à sua disposição expressivas possibilidades de constituição de acervos devido ao grande número de pesquisas desenvolvidas nestes locais. Com a divulgação por meio dos museus, tanto tais instituições de ensino quanto as instituições museológicas cumprem efetivamente o seu papel de divulgação, comunicação e fomento ao ensino e à cultura. Os museus universitários tornam-se uma vitrine lúdica/educacional para o conhecimento produzido, além de fomentar o diálogo entre os canônicos espaços universitários e a comunidade em geral.

Referências

ACCO, Marco Antônio de Castilhos e SOUZA, Alexandre Santos Arantes. *Políticas culturais nas universidades: a construção de uma agenda participativa e a derrocada autoritária. Anais do XVI ENELCUT Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura da UFBA*, Salvador, sem paginação, 2018.

ALENCAR, Cristina Aguiar de. **Guia de museus e galerias de Belém**. Belém: Alves, 2010.

ALMEIDA, R. **À Sombra do poder**. Os bastidores da crise que derrubou Dilma Rousseff. São Paulo: LeYa, 2016.

AVRITZER, L. **Impasses da democracia no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

BRASIL. **Lei nº. 378, de 13 de janeiro de 1937**. Dá nova organização ao Ministério da Educação e Saúde Pública. Rio de Janeiro/Capital Federal, 1937.

BORNER. Roseane. **Entrevista 01**: 07 de agosto de 2019. Entrevista concedida a Ana Larissa Brito de Andrade; Carolina de Paula; Danielle Gomes. Belém, 2019.

BOTELHO, Isaura. *Cultura e universidade: reconstituindo as trajetórias dos diálogos institucionais*. In: **Políticas culturais: teoria e práxis** de Lia Calabre. São Paulo: Itaú Cultural; Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, p 97 – 103, 2011.

CALDAS, Jocasta; LIMA, Marcelo C. de; CRISPINO, Luís C. B. *Explorando História da Ciência na Amazônia: O Museu Interativo da Física* **Rev. Bras. Ensino Física**, São Paulo, v. 38, nº 4, e4307, sem paginação, 2016.

CAMACHO, Maria Clara de Frayão. **Credenciação, sistemas e redes nacionais de museus**: uma panorâmica europeia contemporânea. Tese (Doutorado). Évora: Universidade de Évora, 2017.

CANCLINI, Nestor García. **Definiciones en transición**. Buenos Aires: CLACSO, 2001.

CASTELLS, M. *Materials for an exploratory theory of the network society*. **British Journal of Sociology**, v. 51, n. 4, p. 5–24, 2000.

COSTA, M. L.; SANTOS, P, H. C. **Relatório de atividades do museu de geociências Pará-Belém**: Instituto de Geociências/UFPA, 2016. Disponível em <http://www.ig.ufpa.br/uploads/museu/07-RELATORIO-DE-ATIVIDADES-DO-MUGEO-ANO-2016-v2.pdf> Acesso dia 16 de janeiro de 2021.

COUTINHO, Carlos Nelson. **Cultura e sociedade no Brasil**. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

CPDOC - Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil **Diretrizes do Estado Novo (1937 - 1945)**: Educação, cultura e propaganda, 2021. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/anos37-45/EducacaoCulturaPropaganda> Acesso dia 08 de janeiro de 2021.

CRISPINO, Luís Carlos Bassalo. **Entrevista 03**: 16 de setembro de 2019. Entrevista concedida a Carolina de Paula; Danielle Gomes; Ruth Cardoso. Belém, 2019

FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. São Paulo: Edusp, 2013.

FONTES, Leticia. *UFMG não tem museólogos em 22 de seus 25 museus*. In: **O Tempo Belo Horizonte**: 17/06/2020. Disponível em <https://www.otempo.com.br/diversao/magazine/ufmg-nao-tem-museologos-em-22-de-seus-25-museus-1.2350180> Acesso dia 24 de janeiro de 2021.

GIL, Gilberto **Discurso do ministro Gilberto Gil na solenidade de transmissão do cargo**, 2013. Disponível em: <https://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Midia-e-Redes-Sociais/integra-do-discurso-de-posse-do-ministro-da-cultura-Gilberto-Gil/12/5623> Acesso dia 08 de janeiro de 2021.

ICOM - International Council of Museums **Definição de Museu Disponível**, 2015. Disponível em: <https://icom-portugal.org/2015/03/19/definicao-museu/#:~:text=O%20museu%20%C3%A9%20uma%20institui%C3%A7%C3%A3o,de%20educa%C3%A7%C3%A3o%20estudo%20e%20deleite>. Acesso dia 08 de janeiro de 2021.

ICOM - International Council of Museums **Nova definição de museu**, 2019. Disponível em: <https://icom-portugal.org/2019/08/16/nova-definicao-de-museu/> Acesso dia 08 de janeiro de 2021.

JULIÃO, Leticia *Museus e coleções universitárias*. In: Nascimento, Adalson; Moreno, Andrea (Orgs). **Universidade, memória e patrimônio**. Belo Horizonte: Mazza Edições, p. 13 – 24, 2015

LIMA Diana Farjalla Correia. *O que se pode designar como museu virtual segundo os museus que assim se apresentam*. **Anais do Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação**, João Pessoa: UFPB, p. 2421-2468, 2009.

LOTT, Wanessa Pires. **Patrimônio cultural na cidade de Belo Horizonte**: o caso da “Irmandade de Nossa Senhora do Rosário do Jatobá” e do Terreiro de Candomblé “Ilê Wopo Olojukan”. Dissertação (Mestrado). Belo Horizonte: Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, 2005.

LOTT, Wanessa Pires. **Tem festa de negro na república branca**: o reinado em Belo Horizonte na Primeira República. Tese (Doutorado) Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 2017.

LOTT, Wanessa Pires; AIROZA, Máira Santana; PAULA, Carolina Barros de; CARDOSO, Ruth Macedo *Uma possibilidade de museus em rede na Amazônia: os espaços de preservação de acervos da Universidade Federal do Pará*. **Revista Eletrônica Ventilando Acervos**, Florianópolis, v. 8, n. 2, p. 136-151, 2020

MARQUES, Rita; SEGANTINI, Verona C. *Rede de Museus da Universidade Federal de Minas Gerais* In: Nascimento, Adalson; Moreno, Andrea (Orgs). **Universidade, memória e patrimônio**. Belo Horizonte: Mazza Edições, p. 31-44, 2015.

MARTELETO, Regina Maria *Análise de redes sociais – aplicação nos estudos de transferência da informação*. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 30, n. 1, p. 71-81, 2001.

MARTINS, Elane Epifane. *Centro de Memória da Amazônia no processo de preservação da memória social: a iniciativa que salvou parte da história do estado do Pará, sob o risco de deterioração*. **Anais do Encontro Regional de Estudante de Biblioteconomia, Documentação, Ciência e Gestão da Informação**. Juazeiro do Norte: Universidade Federal do Ceará, sem paginação, 2012.

MEC – Ministério da Educação **Portaria Interministerial nº 6**, de 20 de agosto de 2015. Institui grupo de trabalho interministerial para elaboração de proposta de novo acordo de cooperação técnica a ser firmado entre o Ministério da Educação - MEC e o Ministério da Cultura - MinC, para a continuidade e aprofundamento das ações intersetoriais de Cultura e Educação. Disponível em http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=18065-portaria-6-mec-cultura&category_slug=agosto-2015-pdf&Itemid=30192 Acesso dia 08 de janeiro de 2020.

MICHELON, Francisca Ferreira. *Museus Universitários: uma política para estes lugares de conhecimento*. **Expressa Extensão**. Pelotas, v. 19, n. 2, p. 165-168, 2014.

MUFPA – Museu da Universidade Federal do Pará, 2021. <http://www.museu.ufpa.br>. Acesso em 04 de Janeiro de 2021.

OLIVEN, A. C. *Histórico da educação superior no Brasil*. In: SOARES, M. S. A. (Org.). **A educação superior no Brasil**. Porto Alegre: Unesco, p. 24 – 37, 2002.

PESSÔA, J. **Lúcio Costa**: Documentos de trabalho. Rio de Janeiro: IPHAN, 1999.
QUINTERO, P.; FIGUEIRA, P.; CONCHA ELIZALDE, P. *Uma breve história dos estudos decoloniais*. **Arte e descolonização**, v. 3, p. 3-12, 2019.

REDE DE MUSEUS DA UFMG **Rede de Museus e Espaços de Ciências e Cultura**, 2021. Disponível em: <https://www.ufmg.br/rededemuseus>. Acesso em 05 de janeiro de 2021.

RIBEIRO, D. **O povo brasileiro**: a formação e o sentido do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

RUBIM, Antônio Albino Canelas. *Políticas culturais no Brasil: tristes tradições, enormes desafios* In.: RUBIM, Antônio Albino Canelas (org.). **Políticas culturais no Brasil** Salvador: EDUFBA, p. 11-36, 2007.

SILVA, M. C. da. *A Rede Brasileira de Coleções e Museus Universitários: proposição, pesquisa, colaboração e manifestação de apoio ao Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro e ao Instituto Brasileiro de Museus*. **Revista CPC**, [S. l.], v. 14, n. 27, p. 297-309, 2019.

SOARES, Marianna de Souza. **Museus universitários, encontros e redes de museus estratégias de articulação e reconhecimento**. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) Brasília/DF: Universidade de Brasília, 2020.

SOUZA, C.; ARISTIMUNHA, C.; MURATORE, E.; FAGUNDES, L. *Museus e coleções em rede: REMAM/UFRGS*. **Anais do III Sebramus**, Brasil, jul, sem paginação, 2017.

TOLENTINO, Átila *Governança em rede: o caso do sistema brasileiro de museus*. **Revista CPC**, São Paulo, n. 16, p. 001-208, 2013.

UFOP - Universidade Federal de Ouro Preto. **Conselho Universitário aprova a criação da Rede de Museus da UFOP**, 2020. Disponível em: <https://proex.ufop.br/noticias/conselho-universitario-aprova-criacao-da-rede-de-museus-da-ufop>. Acesso em: 26 de janeiro de 2021.

UFPA - Universidade Federal do Pará. **Resolução n. 630**, de 12 de novembro de 2007. Disponível em: http://icb.ufpa.br/bkp/data/anexo/documento_regimento_interno_icb.pdf. Acesso em: 15 de janeiro de 2021.

Wanessa Pires Lott

Possui Graduação em História pela Universidade Federal de Minas Gerais e mestrado em Ciências Sociais/Gestão de Cidades pela PUC/MG e em Antropologia pela UFMG. Doutora pelo Programa de Pós-Graduação em História da UFMG e professora adjunta do curso de museologia da UFPA.

Currículo Lattes:

<http://lattes.cnpq.br/0535515713343661>

Maíra Santana Airoza

Graduada em Museologia pela Universidade Federal do Pará (2013). Mestre em Antropologia, com ênfase em Arqueologia, pelo Programa de Pós-Graduação em Antropologia (PPGA) pela Universidade Federal do Pará (2016).

Currículo Lattes:

<http://lattes.cnpq.br/4513963056074968>

Carolina Barros de Paula

Graduação em Bacharelado em Museologia pela Universidade Federal do Pará, Campus Belém.

Currículo Lattes:

<http://lattes.cnpq.br/1916897158818231>

Ruth Macedo Cardoso

Graduação em Bacharelado em Museologia pela Universidade Federal do Pará, Campus Belém.

Currículo Lattes:

<http://lattes.cnpq.br/0282914661340486>

Artigo recebido em: 03 de agosto de 2021.

Artigo aprovado em: 21 de setembro de 2021.